

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699



Assembleia aprova venda de ações da Saneago

ÁGUA E ESGOTO Sessão foi marcada por pressão de servidores da estatal pela retirada do projeto da pauta; governo garante que abertura para o mercado não causará demissões

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Apesar da pressão de servidores da Saneago, que lotaram a galeria da Assembleia Legislativa ontem, o projeto que altera a Lei 6.680/1967 e autoriza o Estado a vender até 49% das ações da estatal foi aprovado em primeira votação. A sessão foi marcada pelo embate entre deputados governistas e da oposição em meio a aplausos e valas dos servidores que acompanharam a votação.

Por um lado, os deputados da base utilizaram o tempo de fala para reafirmar que a venda de 49% das ações da estatal não configura privatização da empresa. No entanto, a oposição defendeu que o projeto fosse retirado da pauta, pois abre caminho para o processo de privatização.

Apesar de a oposição argumentar sobre eventual aumento na tarifa dos serviços prestados pela Saneago (água e esgoto) e demissões de funcionários após a venda das ações, o líder do governo, Bruno Peixoto



Servidores da Saneago acompanharam a votação ontem, entre aplausos e valas: em primeira votação, projeto recebeu nove votos contrários

“

Do dinheiro captado, conforme prevê a lei, no mínimo 30% serão investidos na empresa. (...) Não haverá aumento na tarifa, o projeto não trata disso”

Bruno Peixoto, líder do governo na Assembleia Legislativa

(MDB), garantiu que essas mudanças não acontecerão. “Não ocorrerão demissões. O governo do Estado continua sendo o gestor da empresa. Do dinheiro captado, conforme prevê a lei, no mínimo 30% serão investidos na empresa. (...) Não haverá aumento na tarifa, o projeto não trata disso”, disse Bruno.

Durante a sessão, o líder criticou o discurso de deputados da oposição que insistiram em chamar a venda das ações da estatal de privatização. Bruno disse que os deputados contrários ao projeto estavam “totalmente equivocados” e tentaram passar “falsa mensagem”. “O projeto é claro, garantindo 51% das ações para o Estado sempre. A oposição tenta colocar uma falácia”, disse Bruno.

Em reunião da Comissão Mista na semana passada, foi incluída na matéria, via voto em separado do deputado Rubens Marques (Pros), a previsão de que no mínimo 30% do que for arrecadado com a venda das ações primárias sejam investidos em saneamento e água. Outra mudança foi a substituição de “ao menos” por “sempre”, como citado por Bruno, no trecho do projeto que dizia que o Estado de Goiás deverá manter ao menos 51% das ações com direito a voto.

OPosição

A deputada Leda Borges (PSDB) argumentou que o principal problema da matéria é o texto que, segundo ela, abre caminho para que o governo use

dinheiro da venda de ações em áreas fora do serviço de água e esgoto, como pagamento de folha de servidores e custeio de forma geral. “O projeto fala sobre ações primárias. Estas são da Saneago e a venda delas só pode retornar para a empresa mesmo. O texto não cita as ações secundárias, que são do Estado. Estas que deveriam ter o mínimo de 30% de recursos destinados para a empresa”, disse a deputada.

Leda disse ainda que não é contra a abertura das ações da estatal para o mercado, mas votou contra o projeto devido à falta de certeza sobre onde o dinheiro será aplicado. “O Estado quer pegar o recurso e usar em despesas correntes. Então, não tem interesse na universa-

lização do saneamento. O Estado quer o recurso”, afirmou a deputada.

De acordo com o líder, existe perspectiva de que o investimento na empresa fique acima dos 30% previstos na lei. “A diferença de 70% será definida pelo governo junto com a empresa, que poderá investir em infraestrutura e recuperação de nascentes, por exemplo”, disse o deputado.

Na sessão, o projeto recebeu nove votos contrários, dos parlamentares Antônio Gomide (PT), Leda Borges (PSDB), Henrique Arantes (MDB), Cláudio Melrelles (PTC), Rubens Marques (Pros), Adriana Accorsi (PT), Lucas Calli (PSD), Hellen de Sousa (PSDB) e Gustavo Seba (PSDB).

Sindicato pede clareza sobre destino do dinheiro

O diretor executivo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas em Goiás (Stiueg), Amauri Santana, que representa os servidores da Saneago, afirma que o principal argumento da categoria contra o projeto é a falta de clareza sobre o destino do dinheiro arrecadado com a eventual venda de 49% das ações da estatal. “Eles vão pulverizar o dinheiro e quem vai pagar a conta é a população. Por isso, somos contra o projeto da forma como o texto foi apresentado”, afirmou o diretor.

Apesar de a pressão dos servidores na Assembleia ontem não ter causado efeito direto na votação, Amauri afirma que os funcionários da empresa voltarão à galeria da Casa para acompanhar a segunda votação.

A matéria pode passar por segunda votação e ser aprovada definitivamente na sessão de hoje, a partir das 17h30, quando completam-se 24 horas da primeira votação. No entanto, o líder do governo na Casa, Bruno Peixoto, disse ontem que decidiria sobre a próxima votação

após conversa com os deputados da base.

Na sessão de ontem, a oposição tentou obstruir a votação em dois momentos. Primeiro, com o pedido de verificação de quórum feito pela deputada Leda Borges (PSDB) logo após o presidente da Assembleia, Lisauer Vieira (PSB), colocar a matéria em votação. Em seguida, o deputado Cláudio Melrelles (PTC) propôs que a votação fosse nominal, requerimento que foi rejeitado pela maioria dos deputados presentes.

“

Eles vão pulverizar o dinheiro e quem vai pagar a conta é a população”

Amauri Santana, presidente do Stiueg

O deputado Rubens Marques (Pros), que é servidor da Saneago, e da base do governo, votou contra o projeto. Antes das discussões de ontem, ele havia dito ao POPULAR que “jamais poderia votar contra a Saneago”, mas ao mesmo tempo disse que era o momento de a empresa “ter dinheiro de fora”.

Segundo o líder do governo, Rubens foi liberado pela base para votar contra o projeto. O deputado não fez uso da palavra, mas foi valado toda vez que seu nome foi citado na sessão.



GIRO



**Marcos Nunes
Carreiro**

marcos.carreiro@opopular.com.br

Proposta do governo federal pode acabar com 26,8% das cidades goianas

Pacote do governo Jair Bolsonaro (PSL) pode extinguir 66 municípios goianos, número que representa 26,8% das 246 cidades do Estado. Isso ocorrerá se o projeto do novo pacto federativo, apresentado ontem pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, for aprovado pelo Congresso Nacional, visto que o texto prevê que municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação menor que 10% da receita total sejam incorporados pelo município vizinho. Goiás tem 94 cidades com menos de 5 mil habitantes, mas as receitas próprias de 28 delas representaram, em 2018, mais de 10% da receita total arrecadada ao fim daquele ano, segundo dados do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). As receitas próprias das outras 66 cidades variaram de 1,4% a 9,9% do total arrecadado em 2018 – do qual grande parte veio de transferências da União, sobretudo via Fundo de Participação dos Municípios.



“Estamos pensando em longo prazo sobre a Previdência”

Temor de PEC paralela não ser aprovada até dezembro pelo Congresso Nacional fez Goiás acelerar a própria proposta, diz secretária da Fazenda

AGÊNCIA ESTADO

O temor de que a PEC paralela (que propõe ampliar para os servidores de Estados e municípios as regras aprovadas na Previdência federal) não seja aprovada neste ano levou Goiás a acelerar o processo e antecipar o envio das mudanças à Assembleia Legislativa.

De acordo com a secretária da Fazenda do Estado, Cristiane Alkmim Schmidt, com a inclusão de pontos que já tinham sido barrados pelos deputados, as chances de aprovação da PEC até dezembro, pelo Congresso, caíram “drasticamente”.

Além disso, as eleições municipais no ano que vem poderiam atrapalhar a tramitação de uma proposta no Estado. “Se a PEC paralela só tivesse um artigo, incluindo Estados e municípios, seria aprovada rápido. Mas agora vai ter um debate maior no Congresso. Não queremos correr o risco de não ter a reforma”, afirmou.

Para a secretária, há vários Estados em situação fiscal difícil e todos deveriam apresentar propostas de reforma de suas previdências. “Todo governador que fizer uma reforma da Previdência no seu Estado está preocupado com os seus cidadãos, não com o seu governo, até porque a economia até 2022 é baixa. Estamos pensando no longo prazo”, completou.

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado,

Felipe Salto, avalia que a PEC paralela daria um maior respaldo político para as reformas estaduais e municipais, mas vê com bons olhos as iniciativas autônomas dos Estados. “Como a situação financeira dos governos estaduais é grave, chegou um momento em que é necessário corrigir a trajetória do gasto de um jeito ou de outro”, afirmou.

O economista alerta, porém, que o fato de se proporem tantas regras diferentes pode fazer com que regras de transição mais brandas façam com que se perca parte do ajuste proposto. “É preciso olhar as realidades de cada Estado, mas podem acabar passando regras mais benevolentes para os servidores”, apontou.

Salto considera ainda que mesmo que Estados abandonem a PEC paralela, há pontos no texto do Senado que trazem custos fiscais e podem reduzir a potência da reforma já aprovada pelo Congresso.

NÚMEROS

A secretária Cristiane Schmidt, revelou, durante a apresentação do projeto de lei, números sobre a saúde financeira de Goiás, bem como os gastos com previdência. Em resumo, afirmou que o Estado não cabe dentro das próprias despesas. Como exemplo, citou que de 2003 a 2019, o crescimento da receita foi de 297%, enquanto a despesa aumentou 328%. Só a folha de pagamento cresceu 490%



Cristiane Schmidt: ajustes nas contas públicas em Goiás

em 15 anos. “O governo está operando no vermelho”, sublinhou.

Hoje, de cada R\$ 100 do caixa do Governo de Goiás referente à Receita Líquida do Tesouro (RLT), R\$ 86 vão para quitar os salários dos funcionários públicos ativos e inativos. Se somarmos o que é pago em precatórios – dívidas antigas do Estado negociadas com os servidores – chega a 99% de comprometimento dos recursos. Mensalmente, o Estado destina R\$ 1,3 bilhão só para folha de pagamento. Destes, cerca de R\$ 230 milhões por mês são do déficit. No cenário atual, se nada for feito, o Estado continuará impossibilitado de realizar os investimentos que 7 milhões de goianos esperam nas áreas de saúde, educação e segurança pública, além de políticas sociais.

Após apresentar os dados, Cristiane defendeu que mudar as regras da Previ-

dência é uma das reformas estruturais necessárias no Brasil. “O maior benefício está no longo prazo, o que mostra a posição de estadista do nosso governador. Caiado está tomando uma posição difícil, que é fazer uma reforma que não necessariamente ele vai se beneficiar”, disse, referindo-se ao fato de que somente as próximas gestões estaduais poderão sentir os reflexos positivos da reforma. “A população vai ser a maior beneficiada, porque vai poder ver o Estado podendo fazer investimentos”.

Após uma série de estudos e debates, o governador Ronaldo Caiado entregou dia 28 deste mês, ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Issaquer Vieira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê uma reforma da Previdência no âmbito do serviço público estadual e que abrange também os municípios.

Convencido de que trata-se de uma medida necessária e urgente para reduzir o déficit orçamentário do Estado, que este ano fechará em R\$ 2,9 bilhões, o governador garantiu: “Assumo 100% a PEC que estou encaminhando à Assembleia. Se tem alguém responsável para atender por ela, sou eu, governador. Não quero transferir a nenhuma deputado”.

Ronaldo Caiado adiantou que as regras da PEC da Previdência em Goiás, matéria restrita aos servidores públicos, são idênticas à aprovada no âmbito federal. Como exemplo, a idade para aposentadoria, que é de 65 anos para homens e de 62 para mulheres. Também há previsão de estabelecer tempo mínimo de contribuição para garantir o benefício. Agora, caberá aos parlamentares goianos a discussão da matéria em plenário.

Metade dos Estados avalia reforma própria para novas aposentadoria

AGÊNCIA ESTADO

Com a proposta de ampliar as novas regras da Previdência para servidores estaduais e municipais descredenciada no próprio Congresso, 14 governadores já anunciaram suas próprias reformas, estão formatando projetos ou iniciaram estudos para enviar os textos às respectivas assembleias.

Em comum, essas propostas tendem a replicar exigências aprovadas por deputados e senadores para os funcionários públicos da União. Com a promulgação da reforma, os novos servidores federais só poderão se aposentar aos 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres), com 25 anos de tempo mínimo, dos quais 10 anos no serviço público e 5 no cargo. Para os que estão na ativa, haverá opções de transição, que exigem mais tempo de trabalho para a aposentadoria.

Os governadores querem elevar a alíquota de contribuição para os funcionários. Na União, servidores que ingressaram na carreira

até 2013 e têm direito à aposentadoria com valor maior que o teto do INSS (hoje em R\$ 5.839,45), as alíquotas podem chegar a até 22%.

Enquanto as atenções de deputados e senadores se dividem entre a prometida agenda pós-Previdência do ministro da Economia, Paulo Guedes, e as articulações políticas para as eleições municipais de 2020, os governadores estão se vendo obrigados a assumir a continuidade da reforma previdenciária onde o Congresso parou e não esperar a chamada PEC paralela (texto que estabelece as regras para se aposentar de servidores estaduais e municipais).

Em vez de um modelo único, cada Estado tem feito estudos próprios. Em setembro, Roraima apresentou dois projetos de lei, com a criação de uma poupança nos moldes de um regime de capitalização (regime pelo qual as contribuições vão para uma poupança, que banca os benefícios no futuro), além

de regras mais duras para pensões por morte pagas aos dependentes de funcionários públicos.

Na última semana, foi a vez do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, apresentar proposta, mais abrangente e já com a adesão de todos os municípios goianos, por convênio. O projeto cria a possibilidade de cobrança de alíquotas extraordinárias em casos de calamidade financeira – como é o caso atual do Estado – e prevê uma economia de R\$ 8,1 bilhões aos cofres públicos em uma década.

Criador e principal defensor da proposta de reforma da Previdência que fracassou no governo Michel Temer, o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, também deve concluir em breve o projeto paulista. A ideia é elevar de 11% para 14% a alíquota previdenciária cobrada dos servidores estaduais, nos moldes do regime aprovado para o funcionalismo federal.

PEC paralela pode limitar plano para que estados ajustem modelo

FOLHAFRESS

O plano do governo para forçar estados e municípios a ajustar as contas com Previdência pode ficar limitado. A reforma da Previdência, já aprovada pelo Congresso, prevê sanções caso sejam descumpridas regras que visem equilíbrio financeiro dos regimes de aposentadorias de servidores estaduais e municipais.

No entanto, uma alteração feita pelo relator, senador Ilasso Jereissati (PSDB-CE), na proposta de complementação da reforma restringe essas punições. Isso foi incluído na chamada PEC (Proposta de Emenda à Constituição) paralela, que reúne mudanças na reforma da Previdência defendidas pelo Senado.

O governo quer ter o poder de suspender transferências voluntárias de recursos e barrar a concessão de garantias a empréstimos e de financiamentos via bancos públicos a estados e municípios que desobedecerem a normas para ajuste nas despesas com aposentadorias e pensões.

O Congresso deu essa autorização ao governo quando aprovou a PEC da

reforma da Previdência, cuja tramitação foi concluída em outubro. Muitos parlamentares não perceberam esse trecho quando aprovaram o texto. Por isso, Jereissati decidiu limitar as punições em artigo incluído na PEC paralela, que será votada pelo Senado e, se aprovada, vai para a Câmara.

As sanções, segundo o novo texto, não poderão ser aplicadas se o estado ou município aderir à reforma da União, mesmo em caso de descumprimento de normas, por exemplo, de uso de recursos, ou ausência de mecanismos para solucionar o rombo.

A decisão do senador desagradou à equipe econômica. Técnicos estão preocupados com os efeitos dessa restrição no plano para incentivar o ajuste na Previdência de estados e municípios, cujo principal projeto é a LRP (Lei de Responsabilidade Previdenciária).

A criação de uma lei com regras para controlar o rombo nos regimes de aposentadorias dos estados e municípios é o próximo passo da equipe do ministro Paulo Guedes, responsável por políticas na área previdenciária.



ENTREVISTA | PEDRO SALES

“Trouxemos uma nova cultura para dentro da agência”

Presidente da Goinfra afirma que novo relacionamento com empreiteiros vai otimizar os trabalhos da agência

“O governo de Ronaldo Caiado entra na agência com muito cuidado e muita cautela pois o ex-presidente protagonizou algumas situações delicadas”

Rubens Salomão

No comando da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales afirma que quantidade de irregularidades em contratos e licitações diminuíram o tempo de resposta da agência para a preservação e conservação das rodovias goianas. Problema solucionado, Sales pontua que agora a estrutura da pasta se voltará para a preservação e manutenção de diversos trechos que enfrentam problemas. “É comum que gestores de uma agência tão grande como a Goinfra sofra com interpelações judiciais, mas quando se olha o número e a natureza dessas ações você identifica um problema”, afirma.

Pedro Sales acompanha o governador Ronaldo Caiado (Democratas) desde a sua época como senador da República e participou do período de transição do governo após as eleições de 2018. Sales passou pela presidência da Codego, foi secretário de Administração do governo de Ronaldo Caiado (Democratas) antes de chegar a Goinfra. Ele acredita que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) — ao qual o governo estadual tenta aderir desde o começo do ano — trará fôlego para o estado e, consequentemente, aumentará a capacidade da pasta de realizar obras pelo estado.

Em que situação o senhor assumiu a Goinfra?

A Goinfra é uma agência que cuida de todas as obras rodoviárias do estado e também de toda a infraestrutura. Ela tem um braço voltado para a estrutura de obras rodoviárias e outro voltado para as obras civis. O governo de Ronaldo Caiado entra na agência com muito cuidado e muita cautela pois o ex-presidente protagonizou algumas situações delicadas. Ênio Caiado [ex-presidente da agência] realizou muitos procedimentos de verificação para fazer um mapeamento dos contratos da agência para saber o que estava caminhando bem ou não. Eu cheguei na presidência da agência para dar continuidade ao trabalho de Ênio e para que as obras cheguem aos municípios.

O Ênio disse que muitas coisas foram encontradas, mas que não podem ser divulgadas. Que tipo de práticas eram comuns na agência?

Qualquer cidadão vai ter acesso ao que a Goinfra tomou de muitas por irregularidades em processos licitatórios tanto dos ex-presidentes presidente quanto a funcionários do auto escalão. É comum que o gestor sofra uma interpelação em uma corte, está sujeito a isso em uma coisa ou outra. Mas quando se olha o número e a natureza das atuações, situações de sobrepreço, pagamento em duplicidade, excesso de valor maior praticado pelo contrato. Com base nesses eventos o ex-presidente Ênio montou um time da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e abre mais de 100 notificações em desfavor de empresas para elas prestem contas de obras do Estado e cause um salvamento na agência e estabeleça uma nova cultura de relacionamento com empreiteiros.

Esse processo interno acabou deixando o processo de prestação de serviços da Goinfra mais lento?

Como houve uma interrupção do fluxo de pagamento as empresas alegavam que não tinham fôlego para voltar para recuperar os trechos. O governo, naquele momento, ainda não havia feito um grande aporte e você acaba estrangulando o fluxo financeiro da conservação que são as demandas do dia a dia e isso gera um sentimento de que a malha está em condição de abandono. Isso é ruim, e temos que reconhecer, mas foi um mal necessário.

Qual a situação dos trechos das rodovias? Todos os trechos críticos estão licitados ou há trechos que necessitam dessa licitação?

Hoje estamos com o estado no sentido de conservação. São 27 regionais sendo 26 com cobertura contratual e uma com

“Eu cheguei na presidência da agência para dar atividades e para que as obras cheguem aos municípios”

o contrato em curso. Nos aflige muito uma situação que quando chegamos na agência não havia um contrato de sinalização que é uma demanda de conservação específica. Eu recebi uma recomendação do Ministério Público no sentido de tomar providências de resolver, estamos em fase de contrato para aquisição de material para conseguirmos realizar a



adequação desses trechos.

Tem relação com a adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal? Para a agência o que muda?

Ele é interessante para o estado pois ele deixa de fazer aporte para o Governo Federal que sinaliza uma recondução para o Estado. Estamos com uma capacidade de pagamento com a letra “C” que deixa o crédito caro e não vale a pena. Esse tipo de medida é favorável pois você equilibra as contas e consegue um crédito mais barato que naturalmente será investido dentro da Goinfra para a realização de obras pelo estado.

O estado entregou para os municípios a iluminação dos trechos da rodovia goiana ou ainda aguarda uma resposta?

Essa é uma questão jurídica. De quem é, segundo a Constituição Federal, a responsabilidade de iluminação pública dentro do perímetro urbano? É de quem recebe a contribuição de iluminação pública e quem recebe esses recursos são as prefeituras. Isso revoluciona pois historicamente o estado

honorava esses custos mesmo em perímetros urbanos, mas, em um determinado momento da história se realinha ao ordenamento jurídico e a realidade fiscal do estado.

Qual o panorama que o senhor dá sobre as polícias:

“Houve uma interrupção do fluxo de pagamento as empresas alegavam que não tinham fôlego para voltar para o trecho”

cas, presídios e o socioeducativo?

A do município Posse que a obra está bem encaminhada no que diz respeito a Goinfra, falta um asfaltamento de um acesso e o estacionamento. O hospital de Uruaçu nós retomamos as tratativas com o secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, e vamos priorizar os hospitais, administração peni-

tenciário e os sistema socioeducativos.

A Goinfra também tem na sua pauta a questão de privatização de rodovias estaduais. No governo passado foi aprovado uma lei que previa privatização de seis trechos, mas a Assembleia aprovou o cancelamento dessa lei. Como o senhor vê o cancelamento desse projeto?

Essa questão da concessão é importante se resgatar a origem do projeto. Você tinha o governo anterior que tinha a intenção de conceder alguns trechos que levantou estudos através da Fundação Getúlio Vargas, e a execução se daria dentro da, até então, Agtop e se levaria esses trechos a licitação para verificar se haveria a cobrança de outorga e cobrança de tarifas. Dizem que alguns desses trechos sofreram intervenção política pois não atendiam aos critérios técnicos para conceder pois não eram viáveis para as empresas. Montamos uma comissão que fez juízos críticos sobre esse projeto e deseja modificá-lo, não há concordância com alguma modelagem e com alguns trechos do projeto. (Especial para O Hoje)

Receita

Governo apresenta proposta que autoriza corte de jornada e salário de servidores

05/11/2019 19:17 ... Por Eduardo Pinheiro ...

A equipe econômica calcula que, com o corte de gastos e elevação das receitas, haverá uma folga nos cofres públicos de R\$ 50 bilhões em dez anos



Foto: Reprodução / TV Senado

O Governo Federal apresentou proposta que autoriza a redução de jornada e salário de servidores em caráter emergencial. O projeto está no conjunto de medidas apresentado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) nesta terça-feira, 5.

As medidas estão inseridas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) emergencial, que incluem mecanismo que pode derrubar os gastos do governo com saúde e educação.

Na prática, os estados que ultrapassarem os limites de gastos expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal serão os mais afetados. Para estados e municípios, os mecanismos seriam acionados sempre que a despesa corrente estourar 95% da receita corrente de um ano.

A proposta proíbe, ainda, a promoção de servidores públicos, a concessão de reajustes, a criação de cargos, as reestruturações de carreira, a realização de concursos públicos e a criação de verbas indenizatórias. Nesse período, também ficaria proibida a criação de gastos obrigatórios e de benefícios tributários.



GOIÁS

Venda de ações da Saneago é aprovada em primeira votação na Assembleia

Projeto é de autoria do Poder Executivo

📅 | 05.11.19 - 18:52

🔗 Share 0



A Redação

Goiânia – A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou nesta terça-feira (5/11) o projeto de lei que prevê a venda de até 49% das ações da Saneago. A proposta, que é de autoria do Poder Executivo, foi aprovada em primeira votação.

O projeto recebeu votos contrários dos parlamentares Antônio Gomide (PT), Lêda Borges (PSDB), Henrique Arantes (MDB), Cláudio Meirelles (PTC), Rubens Marques (Pros), Adriana Accorsi (PT), Lucas Calil (PSD), Helio de Sousa (PSDB) e Gustavo Sebba (PSDB).

A proposição precisa obter pelo menos 21 votos favoráveis do Plenário da Assembleia, em mais uma fase de votação, para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM).

Segundo o governo de Goiás, a proposta decorre de solicitação da presidência da companhia, e tem por objetivo a estruturação da operação para Oferta Pública Inicial de Ações [IPO], "visando possibilitar a máxima liquidez das ações de emissão da Companhia, bem como a melhor possibilidade de acesso ao mercado de capitais na Oferta Pública intentada".

O texto final aprovado pelo Plenário da Alego na tarde de desta terça-feira contém emenda do deputado Rubens Marques (Pros), que prevê a obrigatoriedade de que pelos menos 30% da venda das ações sejam aplicadas no saneamento do estado.